

## UPA 24hs - Campos Sales

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH UPA 24H - CAMPOS SALES - CNPJ 23.453.830/0021-13					Demonstração das Mutações do Patrimônio Social		
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em reais)					Patrimônio Super./(Déficit)		
Balancos Patrimoniais				Demonstrações de Resultados			
ATIVO	Notas	2025	2024	Notas	2025	2024	Total
<b>Circulante</b>							
Caixa e equiv. de caixa	4	2.120.538	393.848	Receitas Operacionais			
Contas a receber	5	4.614.818	8.364.430	Serviços prest. pac. SUS	31.551.524	31.663.668	
Estoques	6	2.247.489	2.196.010	Serviços prestados convênios e particulares	-	-	
Outros créditos		105.180	26.967	(-) Glosas	-	-	
Partes relacionadas	12	-	1.050.967	<b>Receita Líquida</b>	<b>31.551.524</b>	<b>31.663.668</b>	
Depósitos judiciais	13	39.447	-	<b>Custos</b>			
Contratos de gestão	3m	7.878.535	7.915.917	Serviços de terceiros	(15.832.950)	(14.217.940)	
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>17.006.007</b>	<b>19.948.139</b>	Pessoal e encargos	(10.979.820)	(10.590.898)	
<b>Não Circulante</b>							
Outros créditos		4.255	4.432	Materiais e medicamentos	(2.959.599)	(3.470.893)	
Imobilizado – Próprio	7	951.226	1.070.862	<b>Superávit/(Déficit) Líquido</b>	<b>1.779.155</b>	<b>3.383.937</b>	
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>955.481</b>	<b>1.075.294</b>	<b>Despesas</b>			
<b>Total do Ativo</b>		<b>17.961.488</b>	<b>21.023.433</b>	Pessoal e encargos	(2.744.955)	(2.647.724)	
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	8	1.768.160	4.193.927	Serviços de terceiros	-	-	
Obrigações trabalhistas	9	3.351.955	3.286.777	Impostos, taxas e contrib.	(6.622)	(2.062)	
Obrigações sociais	10	346.871	360.020	Depreciação/amortização	(129.814)	(129.418)	
Obrigações fiscais		75.358	111.963	Despesas gerais e admin.	(2.380.823)	(2.483.476)	
Outras contas a pagar	11	4.404.733	3.187.404	<b>Superávit/(Déficit) Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(3.483.059)</b>	<b>(1.878.743)</b>	
Partes relacionadas	12	70.000	70.000	<b>Financeira Líquidas</b>			
Contratos de gestão	3m	7.878.535	7.915.917	Despesas financeiras	(28.534)	(52.088)	
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>17.895.612</b>	<b>19.126.008</b>	Receitas financeiras	246.172	172.803	
<b>Não Circulante</b>							
Provisões para conting.	13	15.000	-	<b>Superávit/(Déficit) Antes de Outras Des. e Receitas</b>	<b>(3.265.421)</b>	<b>(1.758.028)</b>	
Partes relacionadas	12	5.500.373	3.688.670	Doações e subvenções	3.485	7.267	
<b>Total do Pas. não Circul.</b>		<b>5.515.373</b>	<b>3.688.670</b>	Outras receitas e despesas	(396.316)	-	
<b>Patrimônio Social</b>				<b>Superávit/(Déficit) do Exerc.</b>	<b>(3.658.252)</b>	<b>(1.750.761)</b>	
Patrimônio social		(1.791.245)	(40.484)	<b>Demonstrações dos Resultados Abrangente</b>			
Superávit (déficit) acum.		(3.658.252)	(1.750.761)				
<b>Total do Patrimônio Social</b>		<b>(5.449.497)</b>	<b>(1.791.245)</b>	<b>Déficit do Exercício</b>	<b>(3.658.252)</b>	<b>(1.750.761)</b>	
<b>Total do Pas. e Patrim. Social</b>		<b>17.961.488</b>	<b>21.023.433</b>	Outros resultados abrang.	-	-	
				<b>Total Resultado Abrangente</b>	<b>(3.658.252)</b>	<b>(1.750.761)</b>	

  

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto		
	2025	2024
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Déficit do Exercício</b>	<b>(3.658.252)</b>	<b>(1.750.761)</b>
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa		
Depreciação/Amortização	129.814	129.419
Provisão (Reversão) para Contingências	15.000	-
<b>Déficit do Exercício Ajustado (Aumento) / Redução do Ativo</b>	<b>(3.513.438)</b>	<b>(1.621.342)</b>
Contas a Receber	3.749.612	(448.513)
Estoques	(51.479)	(546.442)
Outros Créditos	(78.036)	24.944
Depósitos judiciais	(39.447)	-
<b>Aumento / (Redução) do Passivo</b>		
Fornecedores	(2.425.767)	376.964
Obrigações Trabalhistas	65.178	1.115.124
Obrigações Sociais	(13.149)	11.666
Obrigações Fiscais	(36.605)	(52.174)
Outras Contas a Pagar	1.217.329	271.453
<b>FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>(1.125.802)</b>	<b>(868.320)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(10.178)	-
Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível	-	-
<b>FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>	<b>(10.178)</b>	<b>-</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Partes Relacionadas	2.862.670	(124.706)
<b>FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>	<b>2.862.670</b>	<b>(124.706)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1.726.690</b>	<b>(993.026)</b>
No início do exercício	393.848	1.386.874
No fim do exercício	2.120.538	393.848
<b>Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Exercício</b>	<b>1.726.690</b>	<b>(993.026)</b>

  

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais:** A Unidade Pronto Atendimento 24 Horas Campos Sales faz parte da rede pública do Estado do Amazonas. A unidade oferece assistência de urgência e emergência nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica adulto/pediatria, ambulatório de especialidades, odontologia, e apoio diagnóstico e terapêutico. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A UPA está situada à Avenida Dona Otília, Tarumã, 69.021-430, Manaus - AM. **b. Contrato de Gestão:** Unidade de Pronto Atendimento 24 horas é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, vigente até 30/03/2027 conforme 15º Termo Aditivo. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CG-CER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. **c. Déficit do Exercício de 2025:** Em 2025 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 3.658.252 no exercício.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade:** Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 01 de abril de 2026. **c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
10%	Aparelhos Med. e Cir.
10%	Benefetórias
10%	Máquina e Equipamentos
10%	Móveis e Utensílios
10%	Eq. Informática
20%	O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercí-

cio financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificadas, a provisão para causas civis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** A Administração do Instituto adota dos conceitos de contabilização dos

>>> continua >>>

&gt;&gt;&gt; continuação &gt;&gt;&gt;

contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e reconhece o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2025	2024
Caixa em espécie	585	35
Banco conta movimento	-	-
Aplic. financ. de liquidez imediata	2.119.953	393.813
<b>Total</b>	<b>2.120.538</b>	<b>393.848</b>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. Os recursos obtidos para gestão da UPA são administrados pela mesma gestão do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, por força do mesmo contrato de gestão, portanto são transacionados entre ambas, de acordo com o fluxo financeiro estipulado para a manutenção das atividades. A manutenção do saldo da conta Aplicações financeiras de liquidez imediata é a garantia da administração em honrar seus compromissos de curto prazo com os fornecedores essenciais, para manutenção do funcionamento da unidade, bem como reserva social para honrar seus compromissos de longo prazo com seus colaboradores celetistas.

5. CONTAS A RECEBER: O montante refere-se a contas

7. IMOBILIZADO	Aparelhos Med. e Cir. Benfeitorias		Eq. Informática Máq. e Equip.		Móveis e Utens.		Total
Em 31/12/2024							
Saldo inicial	3.591	1.056.208	3.906	80.643	55.933	1.200.281	
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(569)	(109.227)	(1.172)	(11.838)	(6.613)	(129.419)	
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>3.022</b>	<b>946.981</b>	<b>2.734</b>	<b>68.805</b>	<b>49.320</b>	<b>1.070.862</b>	
Em 31/12/2024							
Saldo inicial	3.022	946.981	2.734	68.805	49.320	1.070.862	
Aquisições	-	-	-	-	10.178	10.178	
Transferências	-	-	-	-	-	-	
Baixas	-	-	-	-	-	-	
Depreciação	(569)	(109.226)	(1.173)	(11.839)	(7.007)	(129.814)	
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>2.453</b>	<b>837.755</b>	<b>1.561</b>	<b>56.966</b>	<b>52.491</b>	<b>951.226</b>	

8. FORNECEDORES

	2025	2024
Materiais e medicamentos	116.309	343.449
Serviços	582.293	735.832
Serviços médicos	1.031.591	2.906.484
Diversos	37.967	208.162
<b>Total</b>	<b>1.768.160</b>	<b>4.193.927</b>

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2025	2024
Ordenados e salários a pagar	790.068	768.302
Provisão férias	885.685	974.293
Provisões FGTS s/férias	70.409	77.720
Outras provisões	1.605.793	1.466.462
<b>Total</b>	<b>3.351.955</b>	<b>3.286.777</b>

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2025	2024
INSS a recolher	95.263	98.339
FGTS a recolher	109.884	114.778
Empréstimos FGTS	62.244	-
IRRF s/ folha a recolher	65.302	125.376
Contr. sindical	618	979
Outros a pagar	13.560	20.548
<b>Total</b>	<b>346.871</b>	<b>360.020</b>

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Empréstimo consignado a funcionários	-	35.510
Verba piso salarial da enfermagem (i)	487.116	94.468
Empréstimos materiais SES-AM (ii)	3.917.617	3.057.426
<b>Total</b>	<b>4.404.733</b>	<b>3.187.404</b>

(i) No ano de 2023/2024/2025, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais. (ii) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2026.

12. PARTES RELACIONADAS

	2025	2024
HOSPITAL DELPHINA RINALDI AZIZ	-	1.050.967

a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, vigente até 30/03/2027 conforme 15º Termo Aditivo.

	2025	2024
Contrato de gestão 001/2019	4.614.818	8.364.430
<b>Total Circulante</b>	<b>4.614.818</b>	<b>8.364.430</b>

Aginq List

	2025	2024
A vencer	-	-
Até 30 dias	2.301.179	2.313.639
De 31 a 60 dias	-	2.313.639
De 61 a 90 dias	-	2.313.639
De 91 a 180 dias	-	1.423.513
De 181 a 360 dias	-	-
+ de 360 dias	2.313.639	-
<b>Total</b>	<b>4.614.818</b>	<b>8.364.430</b>

6. ESTOQUES

	2025	2024
Drogas e medicamentos	197.874	586.127
Materiais de uso do paciente	173.265	256.082
Fios cirúrgicos	12.464	13.568
Limpeza e higienização	68.674	98.496
Materiais de laboratório	-	166.469
Demais materiais	193.754	186.732
<b>Total</b>	<b>646.031</b>	<b>1.307.474</b>

Estoque cedidos pela SES/AM (i)

	2025	2024
	1.601.458	888.536
<b>Total</b>	<b>2.247.489</b>	<b>2.196.010</b>

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA.

Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, conforme descrito na nota explicativa 11. Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS: a. Processos com prognóstico de perda provável: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos.

Provável

	2025	2024
Cível	-	-
Trabalhista	15.000	-
<b>Total</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>

b. Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2025	2024
Trabalhista	70.084	134.963
<b>Total</b>	<b>70.084</b>	<b>134.963</b>

A Entidade manteve o montante de R\$ 39.447 em depósitos judiciais e/ou recursais para possibilitar o andamento dos processos e eventuais coberturas dos valores discutidos.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Serviços de gestão	(840.000)	(840.000)
Energia elétrica	(328.807)	(348.434)
Aluguel de máquinas	(854.025)	(1.077.641)
Manutenção e conservação	(247.506)	(147.578)
Água e esgoto	(3.866)	(3.435)
Provisões para contingências	(15.000)	-
Outros	(91.619)	(66.388)
<b>Total</b>	<b>(2.380.823)</b>	<b>(2.483.476)</b>

15. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e

despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	2024
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	2.637.472	2.536.054
INSS	2.637.472	2.536.054
COFINS	946.546	949.910
COFINS	946.546	949.910
<b>Total</b>	<b>3.584.018</b>	<b>3.485.964</b>

16. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2025, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

2025 2024

Aplic. financ. de liquidez imediata 2.119.953 393.813

Contas a receber 4.614.818 8.364.430

**Total ativos financeiros 6.734.771 8.758.243**

Fornecedores 1.768.160 4.193.927

**Total passivos financeiros 1.768.160 4.193.927**

18. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros.

i. Riscos de Liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.

ii. Riscos de Crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES: Renovação do contrato de gestão: Em 31 de dezembro de 2025, o contrato de gestão da UPA foi renovado, passando a vigorar de 31/03/2026 a 31/03/2027.

Repactuação e parcelamento de contas a receber: Em janeiro de 2025, o Instituto formalizou, junto ao Ente público, contrato de repactuação financeira e parcelamento do montante de R\$ 7.594.284, a ser liquidado em seis (06) parcelas mensais, com início previsto para fevereiro de 2025, sem incidência de atualização monetária ou encargos. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, os valores pactuados não foram integralmente recebidos, permanecendo em aberto o montante de R\$ 2.313.639, correspondente às parcelas residuais das competências de novembro e dezembro de 2024, com vencimentos previstos para junho e julho de 2025. A Administração permanece em tratativas junto à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES-AM), com o objetivo de viabilizar o recebimento dos valores ainda pendentes. A Entidade segue acompanhando continuamente a situação, adotando as medidas necessárias para a regularização dos repasses e a definição de cronograma atualizado para a liquidação dos valores em aberto.

Manaus - AM, 01 de abril de 2026.

Cristian Tassi - Diretor Executivo - CPF: xxx.078.610-xx

Lienay Teixeira de Macedo Koury -

Contadora - CRC/PA - 021003/O

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH. Unidade de Pronto Atendimento – Campos Sales. Manaus - AM

**Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h – Campos Sales, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do déficit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no tópico "Base para opinião com Ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h – Campos Sales, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Contas a receber parcelado junto a SES/AM:** Em 31 de dezembro de 2025, o Instituto apresentava um contas a receber junto a SES/AM, pelos serviços de gestão da UPA no montante de R\$ 2.313.639, vencidos e relativo ao mês de dezembro/2024. O Ente público oficializou parcelamento deste montante em seis (06) parcelas mensais a serem quitadas a partir de fevereiro de 2025, das quais, até a emissão deste relatório, havia pendente o pagamento da última parcela, vencida em julho de 2025. Nas circunstâncias, não foi possível obter evidências de que o montante, possuía liquidez e constava do fluxo

de pagamentos de curto prazo do Ente Público e que pudesse fazer frente aos recursos esperados pela UPA para gestão de suas operações. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos

&gt;&gt;&gt; continua &gt;&gt;&gt;

## &gt;&gt;&gt; continuação &gt;&gt;&gt;

suntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Enfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assuntos. **Continuidade Operacional:** Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SES/AM. Em 31 de dezembro de 2025, a UPA possui excessos de passivos sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 889.605 e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 5.449.497. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes

com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 28 de março de 2025, com ressalvas, referente ao saldo de estoques e contas a receber parcelado junto a SES/AM. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2026. Planners Auditores Independentes - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo 266562

# #AQUI É OFICIAL!

- Leis
- Decretos
- Convocação de Concursos
- Processos Seletivos
- Nomeações
- Exonerações
- Aposentadorias
- Portarias
- Editais
- Resenhas
- Extratos
- Balanços

[www.imprensaoficial.am.gov.br](http://www.imprensaoficial.am.gov.br)

imprensa oficial  
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

AMAZONAS  
GOVERNO DO ESTADO